

Segue um resumo estruturado e detalhado do documento “Exposição de Motivos do Recurso”, referente ao processo de anistia n.º 2006.01.55800, elaborado exclusivamente com base no conteúdo do texto fornecido.

1. Identificação do documento e do requerente

- O documento consiste em uma “Exposição de Motivos do Recurso” dirigida ao Ministro da Justiça e à Comissão de Anistia.
- O requerente é “Abiasafe Xavier de Brito”, identificado como:
 - brasileiro;
 - ex-prisioneiro político no Brasil e na Argentina;
 - nascido em 05 de outubro de 1953, em Recife (PE);
 - residente na Bélgica.
- O texto informa que o requerente já havia:
 - manifestada surpresa (“atônito”) com o resultado do pedido de anistia;
 - apresentado recurso de revisão contra o julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800.

2. Apresentação pessoal e posicionamento inicial

2.1 Relação com a resistência à ditadura

- O requerente afirma que não se considera merecedor de méritos em comparação com jovens mortos durante a resistência à ditadura.
- Declara-se apenas “feliz” por ter sido:
 - “um dos ‘Capitães da areia’ da resistência à Ditadura Militar”;
 - “a mascote dos militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no Recife”.
- O texto afirma que o pedido de anistia original teria sido apresentado de maneira “recatada e lacônica”.

3. Narrativa dos fatos durante a juventude do requerente

3.1 Alegação de perseguição quando ainda era menor

- O requerente afirma que um ponto fundamental de seu pedido era a expressão:
 - “Durante a Ditadura, quando o requerente era ainda menor”.
- Segundo o texto, seus “direitos fundamentais foram violados por colaboradores do aparelho repressivo da ditadura”.

3.2 Participação política em 1969

- O documento afirma que o requerente:
 - participou, em 1969, da campanha “Voto Nulo: eleição é tapeação, luta armada a solução”;

- distribuiu panfletos pouco antes da morte do Marechal Costa e Silva.

3.3 Episódio envolvendo agentes da segurança pública

- O requerente relata recordar “vagamente” que homens ligados à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco teriam ido prendê-lo na casa de sua mãe após a morte de Costa e Silva.
- Segundo o texto, esses homens teriam afirmado que, caso o encontrassem “junto com outros subversivos”, ele sofreria o que faziam “com comunistas”.

3.4 Violência praticada pela mãe

- O documento relata que, ao voltar para casa após uma festa do Santa Cruz Futebol Clube, o requerente teria sido:
 - obrigado a se despir;
 - espancado pela mãe com o fio de um ferro elétrico.
- A mãe teria passado a chamá-lo de “Vermelhinho” e afirmado que ele deveria aprender “aquilo que merecem os ‘comunistas safados’”.

3.5 Restrições impostas pela mãe

- O texto afirma que, durante três meses, o requerente:
 - foi privado de roupas;
 - proibido de ler “livros subversivos”;
 - impedido de falar com desconhecidos.
- Seus livros teriam sido jogados no lixo.

3.6 Entrada no Colégio Estadual de Pernambuco

- Em 1970, o requerente afirma ter ingressado no Colégio Estadual de Pernambuco (CEP).
- O texto caracteriza o CEP como:
 - reconhecido por bons alunos;
 - “um dos centros em Recife da resistência estudantil à ditadura”.

4. Prisão, tortura e detenções em 1972

4.1 Prisão e tortura

- O documento afirma que, em 04 de abril de 1972, o requerente:
 - foi “preso” (“sequestrado”);
 - torturado no Quartel do IV Exército.
- O texto descreve que, durante as sessões de tortura, ele:
 - chorou;
 - gritou;
 - rezou pelos próprios torturadores.

4.2 Transferência para quartel em Olinda

- Segundo o texto, o requerente foi transferido para um quartel em Olinda (PE).
- Afirma-se que ele compartilhou cela com um estudante de física nuclear.

4.3 Passagem pelo DOPS

- O documento relata posterior transferência para o DOPS, em Pernambuco.
- O texto menciona:
 - Saul Silveira (“Seu Saul”), subdelegado e conhecido da família;
 - Jonathan Marques da Cunha, chefe da Polícia Civil de Pernambuco e parente próximo da família.
- O requerente afirma ter sido alojado no espaço denominado “Brasil Novo”, junto com cerca de trinta suspeitos de subversão e dois presos comuns.

5. Depoimentos e referências a terceiros

5.1 Depoimentos ditados no DOPS

- O texto afirma que os depoimentos eram semelhantes porque o delegado Acioli os ditava ao escrivão.
- O requerente afirma ter registrado em seu depoimento um “testamento político”.

5.2 Reação de “Seu Saul”

- O documento afirma que Saul Silveira teria reagido com irritação ao teor da declaração do requerente.
- Segundo o texto, ele teria ameaçado dar “quatro palmadas na bunda” no requerente diante dos demais presos.

5.3 Referência ao livro “68 a geração que queria mudar o mundo”

- O documento cita o livro “68 a geração que queria mudar o mundo: relatos” (2011).
- Afirma-se que Inêz da Silva, ex-namorada do requerente, teria relatado fatos que “corroboram as afirmações do requerente”.

6. Alegação de erro judicial

6.1 Contestação da data da prisão

- O requerente afirma que o relatório e a ata do julgamento indicariam incorretamente que ele foi preso em “04 de julho de 1972”.
- Segundo o texto, o requerente considera essa informação um “erro judicial”.

6.2 Consequências atribuídas ao suposto erro

O documento sustenta que a data de 04 de julho de 1972:

- esvaziaria a característica central do pedido (“quando o requerente era ainda menor”);
- encobriria o local de detenção e tortura (“Quartel do IV Exército”);
- poderia desqualificá-lo como testemunha de abusos ligados ao DOI-CODI.

6.3 Pontos jurídicos mencionados

O texto afirma ainda que:

- não houve reparação econômica referente ao período anterior a 04 de julho de 1972;
- danos causados a menores deveriam ser avaliados “de maneira ampla, geral e irrestrita”;
- “a tortura é [...] imprescritível”, segundo a lei brasileira e tratados internacionais.

7. Críticas à Lei de Anistia

7.1 Ausência de previsão específica para menores

- O documento afirma que a Lei n.º 10.559/2002:
 - “não prevê o caso do menor” perseguido durante a ditadura;
 - excluiria a especificidade da reparação devida a menores.

7.2 Expulsão escolar

- O requerente afirma ter sido “transferido” (expulso) do colégio durante as férias de julho por ser considerado ativista ligado ao PCBR.
- O texto afirma que essa comunicação foi entregue à mãe por ele ser menor de idade.

7.3 Vida na clandestinidade

- O documento afirma que o requerente passou a viver “ainda adolescente na clandestinidade”.

7.4 Críticas econômicas e morais à lei

- O requerente argumenta que o teto de reparação de R\$ 100.000,00 perdeu valor econômico ao longo do tempo.
- O texto compara a lei a “uma velha prostituta”.
- Também afirma que uma lei que restrinja direitos fundamentais garantidos constitucionalmente seria “uma aberração”.

8. Situação atual do requerente

8.1 Vida na Bélgica

- O documento afirma que o requerente vive na Bélgica há mais de 36 anos.
- Segundo o texto:
 - recebeu subsídios do governo belga;
 - estudou em escolas e academias de arte;
 - recebeu certificado de um “Alto Instituto”.

8.2 Condição financeira e familiar

- O requerente afirma ter se tornado “modesto investidor financeiro” graças a “um pouco mais de US\$ 200 mil”.
- O texto afirma que os rendimentos desses investimentos ajudam a custear a educação de seu filho Paolo, de 10 anos.

8.3 Distanciamento do Brasil

- O documento afirma que houve um “desligamento econômico, social, cultural e afetivo quase completo” em relação ao Brasil.
- O requerente declara:
 - preferir a Bélgica;
 - ter a França como referência cultural;
 - considerar a Itália “o país do seu coração”.
- Segundo o texto, ele espera do Brasil “a anistia, uma anistia ampla e irrestrita”.

9. Fundamentação final do recurso

O documento afirma que o requerente:

- rejeita os valores e moldes da reparação econômica concedida;
- reserva-se o direito de recorrer a instâncias judiciais internacionais;
- faz oposição ao julgamento do processo de anistia.

10. Pedidos formulados

O requerente solicita:

1. revisão do julgamento do processo de anistia;
2. reconhecimento de erro judicial sobre a data da prisão;
3. anulação das consequências desse erro;
4. reconhecimento das violações de direitos fundamentais sofridas quando ainda era menor;
5. reparação econômica ampla e irrestrita;
6. reconhecimento de que foi sequestrado e torturado em quartéis do Exército;
7. reparação econômica pelos danos decorrentes desses crimes;

8. declaração da condição de anistiado político com consequências iguais ou superiores às dos adultos;
 9. comunicação ao Ministério das Relações Exteriores para obtenção de documentos brasileiros sem taxas e multas.
- O documento é datado de “Bruxelas, 11 de dezembro de 2012”.

Recurso: Julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800

Exposição de Motivos do Recurso

Comissão de Anistia
Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Ministério da Justiça, anexo II, térreo T3
Brasília, DF. CEP: 70064-900

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça

Abiasafe Xavier de Brito, brasileiro, ex prisioneiro político no Brasil e na Argentina, nascido no dia 05 de outubro de 1953 em Recife – (PE), Brasil;
Residente na Bélgica:
Rue de la Probité, 14/ 1er étage
1050 Bruxelles (Belgique)

Que já se declarou atônito com o resultado do seu requerimento de anistia:
Que já fez oposição à execução do julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800, interpondo recurso de revisão ;

Cumprimentando o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e os Egrégios membros da Comissão de Anistia, tem a honra de lhes apresentar a Exposição de Motivos do Recurso interposto.

Exposição de Motivos do Recurso

I – Antes de tudo

O requerente se sentiria envergonhado de se vangloriar de ter sido companheiro de luta de jovens estudantes, dignos de figurar entre os heróis do povo brasileiro. Comparando-se a eles, mortos em plena juventude, Abiasafe não se reconhece nenhum Mérito, não se atribui nenhum Valor.

Ele é somente feliz de ter sido uns dos “Capitães da areia” da resistência à Ditadura Militar implantada no Brasil e a mascote dos militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no Recife (e não somente no Recife ...).

Assim, por respeito de si mesmo e dos outros, o requerente expôs de maneira recatada e lacônica seu pedido de anistia.

II - Foi assim

1 - No seu requerimento, fez no entanto questão de ressaltar a característica fundamental dos fatos que ele narrou: “Durante a Ditadura, quando o requerente era ainda menor”. A partir de que data? É difícil, ainda hoje, a uma pessoa de saber o início de expedientes oficiais sigilosos, dos quais ela era alvo, cometidos pelos sicários da ditadura militar à brasileira.

No caso do requerente, tudo que se pode afirmar com certeza é que, quando ele era ainda menor, seus direitos fundamentais foram violados por colaboradores do aparelho repressivo da ditadura.

Em todo caso, correndo o risco de se exhibir como dispondo de uma precocidade presuntuosa, o Pixote, como era conhecido o requerente, já havia participado em 1969 da campanha “Voto Nulo: eleição é tapeação, luta armada a solução”, e distribuído panfletos um pouco antes da morte do Marechal Artur da Costa e Silva.

Ele se recorda vagamente que, em dezembro 1969, mais ou menos no dia seguinte à morte do Marechal Costa e Silva, alguns homens se dizendo da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco tinham vindo prendê-lo na casa de sua mãe. Não o encontrando, aconselharam-na a “tomar às providências”, pois, si eles pegassem este pivete junto com outros subversivos, o filho dela ia ver aquilo que eles faziam com comunistas.

Naquele dia voltando de noite à casa de sua mãe, voltando da festa do Santa Cruz Futebol Clube que comemorava uma vitória histórica, ele foi obrigado a se despir e recebeu a maior surra de sua vida. Sua mãe, brandindo o fio do ferro elétrico de passar roupas, chicoteou-o por “muito tempo” (é sempre muito tempo...) Segundo ela, o Vermelhinho, como ela começou a chamar seu filho, devia aprender em casa aquilo que merecem os “comunistas safados”, como ele.

Insultado e espancado por sua mãe, por esta mãe que já tinha feito tantos sacrifícios por ele, por esta mãe que já o tinha tanto admirado! (Anexo: **Antes de ser o Pixote**)

Durante três meses, o “Vermelhinho” foi privado de roupas (vestido somente com short, camiseta sem mangas e nada mais dos pés à cabeça), proibido de ler “livros subversivos” (todos seus livros foram jogados no lixo), impedido de falar com pessoas desconhecidas, etc.

No início do ano escolar 1970, para agradar sua mãe, fez os exames de entrada no Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), situado perto da Secretaria de Segurança Pública. Sua mãe conhecia a reputação do CEP graças aos bons alunos deste colégio; o “Vermelhinho”, com 16 anos, também conhecia a reputação do CEP: um dos centros em Recife da resistência estudantil à ditadura. Foi lá que ele se inscreveu no 1º ano clássico...

2 - Outro ponto importante do seu requerimento é que, no dia 04 de abril de 1972, alguns dias antes do aniversário (10 de abril) de um de seus irmãos, ele foi “preso” (sequestrado) e torturado. Lugar de detenção e de torturas: Quartel do IV Exército.

Nas sessões de torturas, o Pixote chorou, berrou e esperneou, disse muita bobagens... disse até mesmo que, quando fosse grande, iria ser pastor como seu pai ou sargento como seu irmão; orou pedindo a deus que protegesse estes homens, defensores da pátria, contra as tentações do Diabo ... Coisas de Diabinho!

Em seguida, ele foi transferido a um quartel em Olinda (PE). Numa grande cela, outro preso e ele estiveram alguns dias. O outro preso era estudante de física nuclear. No quartel em Olinda, ele pode ver soldados e ouvir clarins e movimentos de tropa.

Finalmente, ele foi levado para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), na Secretaria de Segurança de Pernambuco. Desde a sua chegada no DOPS, o Pixote atraiu a atenção dos policiais: o subdelegado, “Seu Saul” (Senhor Saul Silveira), era amigo de sua família, fora até mesmo vizinho por muitos anos; e, que surpresa!, o Doutor Jonathan Marques da Cunha, chefe da Polícia Civil de Pernambuco, era parente próximo dos pais daquele “rapazinho”, preso por subversão e torturado no IV Exército.

No DOPS, o requerente foi alojado no “Brasil Novo”, no pátio da Secretaria de Segurança de Pernambuco, onde estavam detidos uns trinta “suspeitos de subversão” e dois presos comuns: um boiadeiro e um marchand de gados.

O estudante de engenharia (Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral), considerado como principal dirigente da tentativa de reorganização do PCBR, no Recife, ainda estava nas mãos DOI-CODI. Só foi depois da chegada no DOPS deste brilhante estudante que os depoimentos começaram.

Os depoimentos eram bastante semelhantes, inclusive nas palavras empregadas. A causa desta semelhança: o delegado do DOPS, advogado Acioli, ditava-os ao escrivão. Quando chegou o turno do requerente, o delegado acrescentou: “Interrogado pelo juiz de menor, declarou”: e o Pixote fez inscrever no depoimento seu testamento político... Coisas de pivete subversivo!

No dia seguinte, quando “Seu Saul”, o subdelegado, responsável do “Brasil Novo”, tomou conhecimento desta declaração, veio furioso, com uma cópia nas mãos, ao “Brasil Novo”. Xingou este moleque atrevido que só fazia e dizia besteiras. Prometeu ainda mais de “mordomias” a todos os rapazes guardados por ele, desde quando lhe ajudassem a calar este menino capeta! Ameaçou de fazer com o Pixote aquilo que fazia com seus filhos quando eram atrevidos: dar “quatro palmadas na bunda” diante de todo mundo.

Antônio, o marchand de gados, um dos dois presos comuns, propôs a solução: “Seo Saul, esse minino é gente boa, mas num tem visita de ninguém, nem mesmo da mãe ; vosmicê num tá vendo que é um bizerro no curral ? Tá precisando duma vaquinha!”.

E, alguns dias depois, no domingo, ele recebeu a visita de Inêz, sua namorada!

No livro *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos* (Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011), a senhora Inêz da Silva, a ex-namorada do Pixote, conta sua experiência pessoal (texto 16.17 Demônios logrados) citando alguns fatos que corroboram as afirmações do requerente.

III - Erro judicial

Já faz mais de quarenta anos que estes fatos se passaram. Quarenta anos depois, pretende-se no relatório e na ata de julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800, como judicialmente estabelecido que o requerente foi preso no dia **04 de julho de 1972**.

É até mesmo dito que, para “contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido entre 04 de julho de 1972, data em que o Anistiando foi preso”, etc.

Lendo tais coisas, Abiasafe Xavier de Brito ficou atônito. De fato, o requerente considera essas coisas como erro judicial, pois, no caso contrário, seriam recebidas como ofensa.

A declaração do 04 de julho de 1972 como “data em que o Anistiando foi preso” constitui um erro judicial de consequências incomensuráveis.

Eis aqui algumas delas:

- A data 04 de julho de 1972 permite de esvaziar a característica fundamental do requerimento do Anistiando: “Durante a Ditadura, quando o requerente era ainda menor”;
- A data 04 de julho de 1972 permite igualmente de encobrir o lugar de detenção e de torturas do requerente: Quartel do IV Exército, onde ele foi “preso” (sequestrado) e torturado várias vezes;
- A data 04 de julho de 1972 permitirá eventualmente de desqualificar o requerente como testemunha da abjeção de alguns oficiais das Forças Armadas Brasileiras que, por conivência ou conveniências pessoais, se abstiveram de se opor às atividades do DOI-CODI, órgão que fazia um esbirro gozar de mais de “autoridade” que um general.

Este erro judicial, no entanto, oferece ao requerente a oportunidade de recordar:

- a) que o julgamento do processo de anistia do requerente não concedeu nenhuma reparação econômica ao Anistiando pelo período anterior à data 04 de julho de 1972;
- b) que os danos e prejuízos a um menor causados em violação de seus direitos fundamentais devem ser avaliados nos seus valores efetivos, de maneira ampla, geral e irrestrita;
- c) que a tortura é, segundo a lei brasileira e os tratados internacionais assinados pelo Brasil, imprescritível.

IV - Dura lex sed lex

Mas a Lei de Anistia se corrói

A lei No 10.559, de 13 de novembro de 2002, conhecida como Lei de Anistia, não prevê o caso do menor, na época dos fatos, que foi alvo direto e pessoal de

pressões ostensivas ou expedientes sigilosos, às vezes atrozes, que violaram os direitos fundamentais reconhecidos aos menores, por se opor à Ditadura Militar instalada no Brasil.

Infelizmente, esta lei prevê casos hipotéticos dos quais exclui o caso do menor e de seus direitos específicos, quer dizer da especificidade da reparação econômica e social que lhe é devida. Apesar desta lacuna, os “ratinhos” da resistência à ditadura, entre os quais o requerente tem o orgulho de se sentir incluído, podem reivindicar não somente o reconhecimento de anistiado, mas também o direito à reparação econômica e social específica, no quadro de simples ato de justiça comutativa.

O requerente, por exemplo, foi “transferido” oficiosamente (expulso), durante as férias de julho, do colégio que frequentava, apesar de ser um aluno de qualidades inegáveis, porque era considerado pelos órgãos de segurança como ativista estudantil ligado ao PCBR. Como ele era menor, esta “transferência” foi entregue à sua mãe.

Reduzido assim a viver ainda adolescente na clandestinidade, suas atividades políticas ou sociais, até mesmo sua residência, eram regidas pela natureza de suas condições de vida.

Sem dúvidas, como mostra o caso do requerente, os danos e prejuízos causados ao menor, em violação de seus direitos fundamentais, devem ser ressarcidos por uma anistia com equidade.

Por outro lado, a Lei de Anistia estabelece um teto à reparação econômica em prestação única: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Do ponto de vista da Economia, não se pode razoavelmente afirmar que a quantia de R\$ 100.000,00 em 2002 tem o mesmo valor econômico dez anos depois (em 2012). Assim, segundo o requerente, a Lei de Anistia é uma lei que se corrói.

Do ponto de vista da Moral, esta lei pode ser comparada a uma velha prostituta: quando jovem, cheia de encantos, seduziu muita gente, mas, envelhecendo com o passar do tempo, já não pode dar prazer a ninguém.

Do ponto de vista da doutrina jurídica, uma lei particular que restringe direitos fundamentais garantidos pela constituição e por tratados internacionais constituiria uma aberração. Assim, a lei No 10.559, de 13 de novembro de 2002, pode inspirar a declaração da condição de anistiado político aos “pivetes atrevidos”,

entre eles: Abiasafe Xavier de Brito, mais ela não pode impedir que uma indenização completa e conforme à equidade lhes seja concedida.

V - Hoje é assim

Abiasafe, o requerente, já deixou de ser um pivete, mas continua atrevido...

Ele mora na Bélgica há mais de 36 anos. Permita-se lhe recordar que a Bélgica é classificada como uns dos mais altos índices de bem-estar entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Graças aos subsídios que, desde sua chegada e até hoje, ele recebeu do governo belga, subsídios que expressos em Real (R\$) poderiam representar quantias fabulosas (o equivalente atual de mais de um milhão de reais), o requerente pôde viver de maneira agradável e sem preocupações.

Inscreeveu-se em escolas, frequentou academias de arte, recebeu certificado de um Alto Instituto, etc.

Viajou muito, visitou ou viveu em várias capitais europeias.

Por razões pessoais, fala quotidianamente quatro línguas.

Graças a um pouco mais de US\$ 200 mil, testemunho do reconhecimento de seus méritos por um governo estrangeiro, tornou-se um modesto investidor financeiro. Os frutos de seus investimentos facilitam-lhe o pagamento da escola primária e do internato de Paolo, 10 anos, seu filho (o Centre scolaire de Berlaymont, situado no domínio de Argenteuil, Waterloo, e reservado antigamente aos filhos da nobreza belga).

Assim, durante mais de 30 anos, o Brasil se foi progressivamente esvanecendo da vida e da memória de um dos “Capitães da areia” da resistência à Ditadura Militar à brasileira. Um desligamento econômico, social, cultural e afetivo quase completo. Seu país preferido é incontestavelmente a Bélgica; seu país de referência cultural, a França; o país do seu coração, a Itália (em três anos, ele foi cinco vezes na Sardenha). Este desligamento se exprime até mesmo nos seus gostos culinários e na sua sensibilidade aos outros prazeres da vida.

Do Brasil, país onde nasceu, ele só espera a anistia, uma anistia ampla e irrestrita, no respeito absoluto daquilo que lhe é devido de fato e de direito.

Por estes motivos:

Abiasafe Xavier de Brito, devidamente qualificado, agindo em seu próprio nome,

Tendo em vista o pedido de anistia enviado pelo requerente à Comissão de Anistia (processo de anistia n.º 2006.01.55800);

Tendo em vista o julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800, que lhe foi notificado;

Tomando conhecimento que, no relatório e na ata de julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800, se pretende que o requerente foi preso no dia **04 de julho de 1972**;

Estimando que esta data, supostamente o dia no qual o requerente foi preso, deturpa os fundamentos do pedido de anistia supra citado;

Considerando, de boa fé, que este suposto dia de prisão é fruto de um erro judicial, caso contrário seria uma ofensa;

Permitindo-se recordar que, quando ele era ainda menor, por se opor à Ditadura Militar instalada no Brasil, foi alvo direto e pessoal de pressões ostensivas ou expedientes sigilosos;

Que a lei No 10.559, de 13 de novembro de 2002, pode inspirar a declaração da condição de anistiado político a Abiasafe Xavier de Brito, ainda menor no início da série de fatos vividos pelo requerente, mais não pode impedir que lhe seja concedido a indenização completa e conforme à equidade, por danos e prejuízos em violação de seus direitos fundamentais;

Recusando o pedido de desculpas que lhe foi apresentado;

Rejeitando os moldes aplicados e os valores concedidos ao seu pedido de reparação econômica;

Reservando-se o direito de recorrer às instâncias judiciais internacionais pelos crimes aos quais o requerente foi submetido no Brasil, em violação de seus direitos fundamentais;

Fazendo oposição ao julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800;

Diante do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e do plenário dos Egrégios membros da Comissão de Anistia,

REQUER:

- 1) Revisão do julgamento do processo de anistia n.º 2006.01.55800;
- 2) Reconhecimento de erro judicial a afirmação segundo a qual o requerente foi preso no dia **04 de julho de 1972**.
- 3) Anulação de todas as consequências do erro judicial supra citado;
- 4) Reconhecimento das violações dos direitos fundamentais do requerente, violações agravadas pelo fato que elas foram iniciadas quando ele era ainda menor;
- 5) Reparação econômica ampla e irrestrita dos danos e prejuízos causados pelas violações supra citadas;
- 6) Reconhecimento do fato que o requerente, ainda no começo de sua juventude, foi sequestrado e torturado em quartéis do Exército brasileiro;
- 7) Reparação econômica dos danos e prejuízos causados por estes crimes;
- 8) Declaração da condição de Anistiado político, com consequências iguais ou superiores àquelas reconhecidas aos Anistiados adultos;
- 9) Comunicação ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) da situação do requerente (sem documentos pessoais de cidadão brasileiro) em vista de que lhe seja concedido, pelo consulado do Brasil no seu país de residência, documentos brasileiros de identidade isentos de taxas e multas.

Nestes termos, pede deferimento.

Bruxelas, 11 de dezembro de 2012